

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: PROPORÇÃO DE ESCOLAS COM ACESSO A INFRAESTRUTURA E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Paula Tarciana Soares de Holanda¹; Raphael Lucas Jacinto Almeida²; Newton Carlos Santos³;
Tamires dos Santos Pereira⁴.

1- Universidade Federal de Campina Grande, Departamento de Engenharia de Alimentos,
paula-tarciana@hotmail.com,

2- Universidade Federal de Campina Grande, raphael@gmail.com

3- Universidade Federal de Campina Grande, newtonquimicoindustrial@gmail.com

4- Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Processos,
tsantosp16@gmail.com

Resumo: De acordo com Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A maior parte das escolas das várias regiões do Brasil não tem com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência segundo dados de pesquisas de até 2017 para alunos nos anos iniciais do ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental e médio. Isso nos deve ser alvo de uma preocupação imensa pois em sua tenra idade, crianças com deficiência necessita muito de atenção e cuidado direcionados a ela. E percebemos em todas as Regiões do Brasil uma falta enorme de cuidados quanto a isto. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino. Sem isso é impossível assegurar educação a alunos especiais ou com deficiências.

Palavras-chave: Deficiência, acessibilidade, escola.

Introdução

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2016).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa um novo marco teórico e político da educação brasileira, definindo a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; o conceito de atendimento educacional especializado complementar ou

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

suplementar à formação dos estudantes; e o público-alvo da educação especial constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. De acordo com as diretrizes da nova política: A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2016).

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2009).

Capellini e Lopes (2015) afirmam que um dos princípios fundamentais da inclusão é a reorganização da sociedade, objetivando acolher todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais, de modo que suas necessidades fundamentais sejam atendidas. A inclusão educacional, por sua vez, é um processo em construção e envolve vários segmentos da sociedade, começando pelas políticas públicas de valorização docente e de melhor formação. A formação inicial e continuada de toda a equipe escolar é fundamental para que se possa caminhar em direção a uma escola inclusiva, assim como devem ser asseguradas condições dignas de trabalho a todos.

Segundo Frias e Menezes (2009), sabe-se que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

Objetivou-se com o referido trabalho realizar uma avaliação a nível nacional da proporção de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, assim como no ensino médio.

Metodologia

A metodologia está baseada numa pesquisa bibliográfica e descritiva, onde para a coleta de dados foi utilizado o Sistema IBGE na Plataforma Digital de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estruturada por equipes da Diretoria de Informática do IBGE, que disponibiliza um sistema de informações para o acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil. Esta primeira versão constitui um ponto de partida, onde é apresentado o primeiro conjunto de indicadores globais construídos de forma colaborativa com instituições parceiras, com dados nacionais produzidos regularmente, metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos.

De maneira simples e intuitiva permite que sejam consultados os resultados dos indicadores através de 3 passos: seleção do objetivo, escolha da meta e do indicador, apresentado em ficha metodológica, tabela (s), gráfico (s) e mapa (s), quando há desagregação territorial.

Uma vez na Plataforma Geográfica Interativa (PGI), os indicadores ODS podem ser analisados em conjunto com outros elementos de interesse, tais como estradas, rios, mapas ou qualquer geosserviço publicado na INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais). O conjunto de indicadores selecionados representa uma mostra de informações disponibilizadas pelo IBGE e por outras instituições produtoras. Como regra geral, são apresentados dados que expressam a evolução recente dos indicadores ODS para o Brasil e sua diferenciação no Território Nacional (Grandes Regiões, Unidades da Federação e outros recortes territoriais), para o último ano da informação disponível.

A Plataforma apresenta ainda uma seção de notícias e eventos relacionados aos ODS, coordenada pela Coordenação de Comunicação Social do IBGE. Também é um espaço para a divulgação de entrevistas, reportagens e conteúdos audiovisuais sobre temas ligados à Agenda 2030. Além disso, há um espaço virtual colaborativo restrito para os Grupos de Trabalho coordenados pelo IBGE, que permite o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços na discussão e produção dos indicadores e suas metodologias.

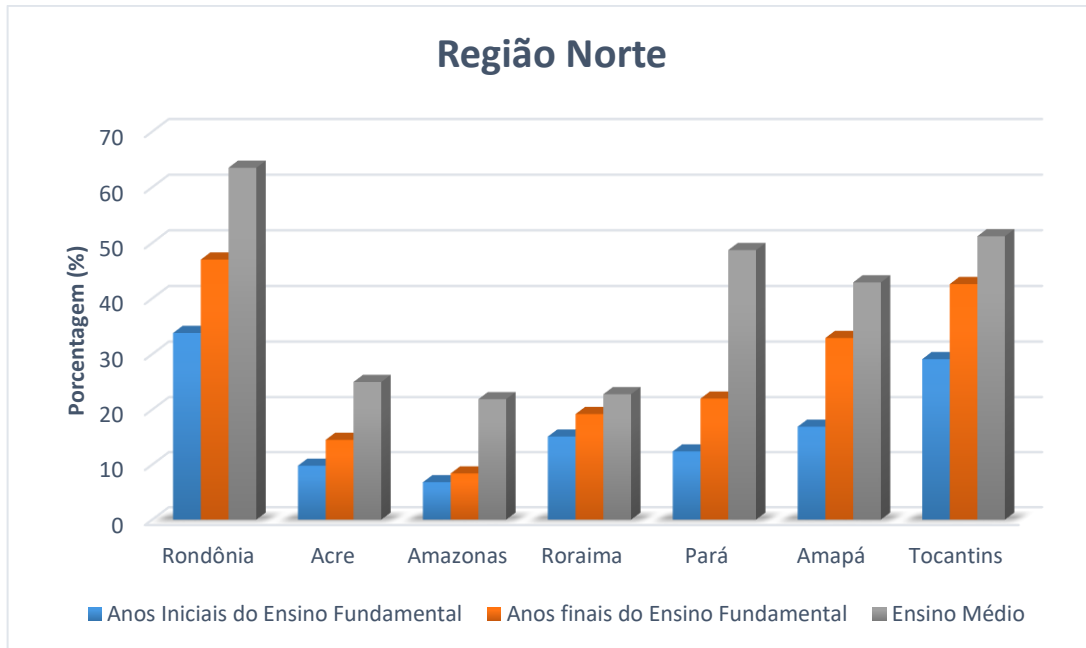
A coleta da terceira edição da pesquisa ocorreu em 2015, em escolares de escolas públicas e privadas localizadas nas zonas rurais e urbanas das 26 capitais, DF e municípios das Grandes Regiões brasileiras.

Importantes inovações foram introduzidas nesta edição da PeNSE. Uma das mais significativas foi a disponibilização de dados oriundos de dois planos amostrais distintos, que contemplam, respectivamente, escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental (amostra 1), e escolares de 13 a 17 anos de idade frequentando as etapas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental (antigas 5ª a 8ª séries) e da 1ª a 3ª série do ensino médio, no ano de referência da pesquisa (amostra 2).

Os dados do referido trabalho fazem parte do objetivo “educação de qualidade” que tem como meta construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos adotando como indicador a proporção de escolas com acesso a: eletricidade; internet para fins pedagógicos; computadores para fins pedagógicos; infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; água potável; (instalações sanitárias separadas por sexo; e instalações básicas para lavagem das mãos. O indicador tem por objetivo o cálculo do percentual de escolas, por etapa de ensino, que forneça infraestrutura adequada e facilidades necessárias para garantir a acessibilidade dos alunos que possuam necessidades especiais. Em consonância com os metadados, os indicadores foram calculados para as duas etapas do ensino fundamental e para o ensino médio.

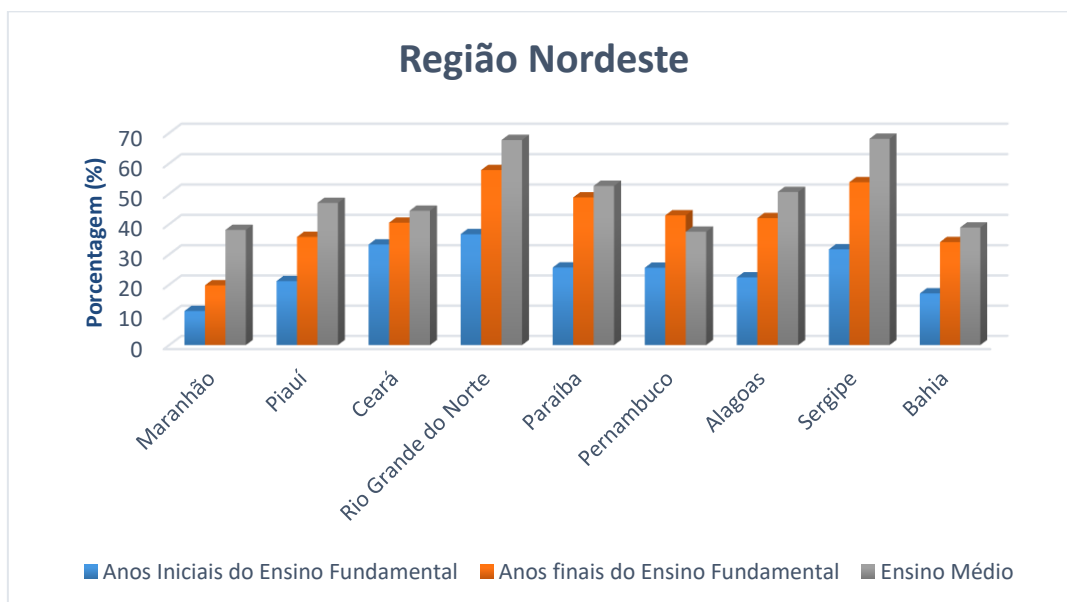
Resultados e Discussão

Figura 1 - Proporção de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência na Região Norte em 2017.



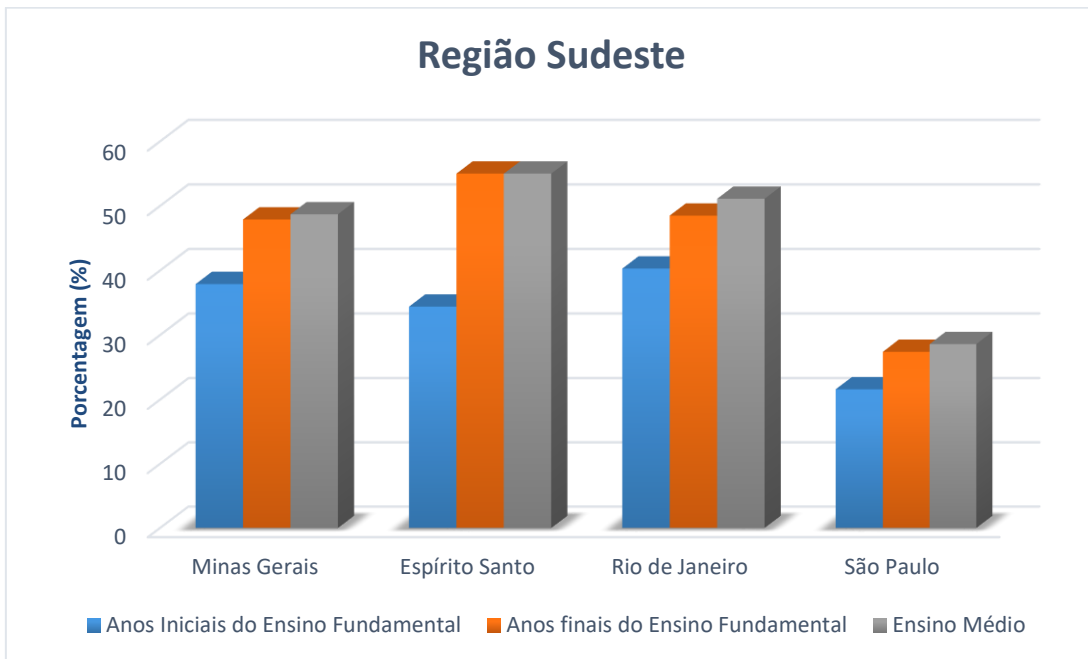
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Fonte: Inep/Deed - Censo da Educação Básica 2017.

Figura 2 - Proporção de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência na Região Nordeste em 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Fonte: Inep/Deed - Censo da Educação Básica 2017.

Figura 3 - Proporção de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência na Região Sudeste em 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Fonte: Inep/Deed - Censo da Educação Básica 2017.

Figura 4 - Proporção de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência na Região Sul em 2017.

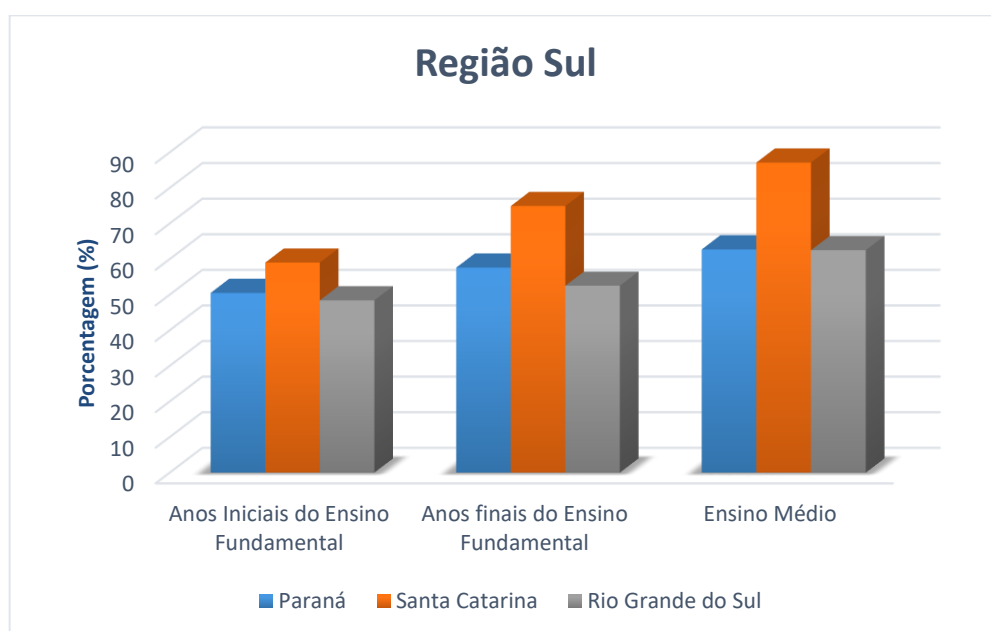
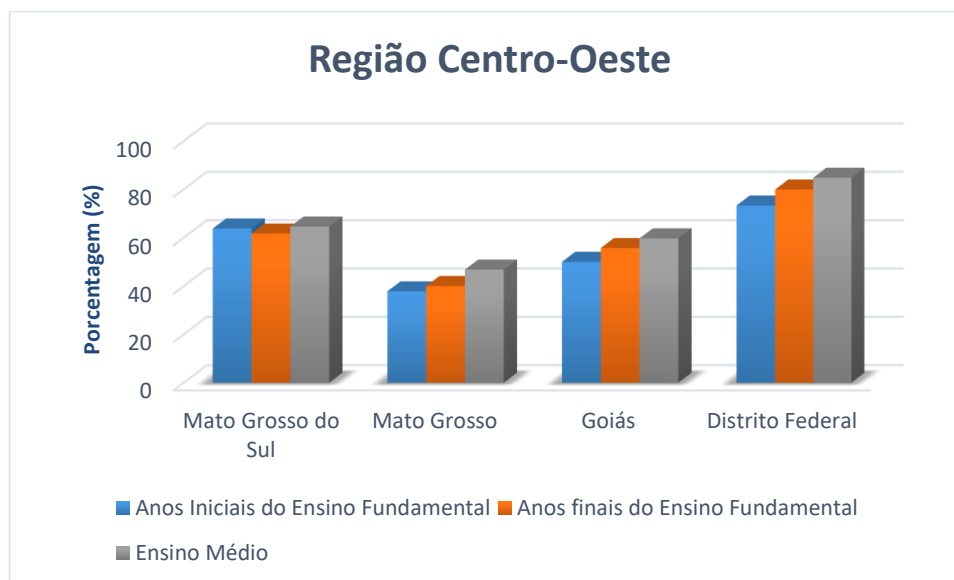


Figura 5 - Proporção de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência na Região Centro-Oeste em 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Fonte: Inep/Deed - Censo da Educação Básica 2017.

Conclusões

De acordo com os resultados, a maior parte das escolas na região Norte não possui infraestrutura em acesso e materiais para alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental com deficiência. Os dados são mais alarmantes se tratando do Amazonas quanto. Por outro lado, se tratando de alunos do ensino médio com deficiência, há escolas com infraestrutura e materiais adaptados numa ordem de mais de 60%.

Na Região Nordeste, a situação não é diferente, pois percebemos que a maior parte dos escolares com deficiência não tem acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental e em Estados como Maranhão a situação é ainda mais crítica já que a proporção de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência é de pouco menos que 10%, em contrapartida em regiões como Rio Grande do Norte e Sergipe possuem índices de aproximadamente 70% de escolas

com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência no ensino médio, mas mesmo aí, os índices são baixos quando se trata de deficiência nos escolares nos anos iniciais.

Na Região Sudeste os menores índices estão em torno de 20% se tratando dos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência. Por outro lado, não chega a 55% o número de alunos nos anos finais do ensino médio e fundamental que tem acesso a escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência.

Os índices mais positivos se encontram na Região Sul, onde se tratando de escolares com deficiência no ensino médio encontram quase 90% de suas escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência e os índices mais baixos não chegam nem a 90% em Regiões do Rio Grande do Sul.

Escolas localizadas na Região Centro-Oeste tendem a ter aproximadamente até 80% de escolas com acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência e no Mato Grosso para alunos nos anos iniciais que tem acesso a infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência na Região não chegam nem a 40%

Isso nos deve ser alvo de uma preocupação imensa pois em sua tenra idade, crianças com deficiência necessita muito de atenção e cuidado direcionados a ela. E percebemos em todas as Regiões do Brasil uma falta enorme de cuidados quanto a isto. Como supracitado, Segundo Frias e Menezes (2009), sabe-se que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino. Sem isso é impossível assegurar educação a alunos especiais ou com deficiências.

Referências

BRASIL- Ministério da Educação/ SEC, **Alfabetização, Diversidade e Inclusão Diretoria de Políticas de Educação Especial: a consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003 a 2016.** 2016.

BRASIL. Ministério da Educação/CNE. **Resolução 04**, de 02 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2008.

CAPELLINI, V.L.M.F.; LOPES, J. F. Escola Inclusiva: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência. **Cadernos de Pesquisa em Educação** - PPGE/UFES Vitória, ES. a. 12, v. 19, n. 42, p. 91-105, jul./dez. 2015

FRIAS, E.M.A.; MENEZES. M.C.B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais:** contribuições ao professor do ensino regular. 2009.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2017. Disponível em< <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 15 de Julho de 2018.